

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM**  
**Curso de Especialização em Educação Especial**  
**Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e**  
**Educação de Surdos**

**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS**  
**NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Nelma Lúcia Torres Freire Soares**

**Governador Valadares**  
**2010**

# **DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Por**

**Nelma Lúcia Torres Freire Soares**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Especial –  
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade  
Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Educação Especial**

**Governador Valadares  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e  
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de Especialização

**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

elaborada por

**Nelma Lúcia Torres Freire Soares**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de  
Surdos***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Professor**  
(Presidente/Orientador)

---

**Professor**

---

**Professor**

**Governador Valadares  
2010**

Dedico este trabalho aos meus familiares que,  
apesar das minhas renúncias em servir à minha  
família, souberam compreender a minha  
decisão

## AGRADECIMENTOS

A Deus, nosso criador,  
Aos meus pais, pela minha existência,  
A todos que contribuíram direta e indiretamente  
Para o meu sucesso.

Muito obrigada

"Há momentos em que precisamos parar, pensar e refletir todo o nosso comportamento.  
Na nossa jornada encontramos crianças de todos os estilos e, são essas  
"Crianças que esperam a nossa atenção e o nosso apoio".

(Autor desconhecido)

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de  
Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**AUTOR:** Nelma Lúcia Torres Freire Soares  
**ORIENTADOR:** Edilson de Souza  
Governador Valadares, MG

A monografia apresentada retrata as dificuldades de aprendizagem de crianças na educação básica, tendo por objetivo entender como pode ser melhorado o trabalho com o aluno com déficit de aprendizagem na escola comum. Para isso, num primeiro momento, foi feita uma abordagem aprofundando a história da educação no Brasil, partindo-se depois para os conceitos de necessidades educativas especiais, apresentando-se visões de autores que tratam especificamente do assunto e, finaliza-se com pesquisa bibliográfica que permite mostrar a educação básica. Faz-se alusão a alunos que se encontram no 2º ano de estudo e que apresentam dificuldades de aprendizagem, principalmente da leitura e da escrita, sendo considerados alunos com déficit cognitivo inferior aos demais alunos da sala de aula. Essa descoberta depende de acompanhamento do professor, da adoção de estratégias que possibilitem descobrir, através da avaliação, o nível de dificuldade que a criança apresenta com relação à leitura e à escrita. Esse aprofundamento se concretiza através de um trabalho de campo, havendo uma preocupação em colocar a criança diante do seu problema e acompanhá-la no encontro das soluções, até por se precisar delas quando se pretende observar o seu nível de compreensão enquanto aluno. Também existe a pesquisa bibliográfica onde se buscou embasar em informações apresentadas por FONSECA, PUESCHEL, SASSAKI, SCHWARTZAN, ORLANDI e outros, cujas ideias serviram de aperfeiçoamento para o desenrolar do trabalho.

**Palavras-chave:** Déficit de aprendizagem – Crianças – Educação básica – Leitura e escrita

## ABSTRACT

The presented monograph portrays the difficulties of learning of children in the basic education, having for objective to understand as the work with the pupil with deficit of learning in the common school can be improved. For this, at a first moment, the history of the education in Brazil was made a boarding going deep, breaking itself later for the special concepts of educative necessities, presenting visões of authors who deal with the subject specifically and, is finished with bibliographical research that allows to show the basic education. Alusão becomes the pupils who if find in 2º year of study and that they present learning difficulties, mainly of the reading and the writing, being considered pupils with inferior cognitive deficit to the too much pupils of the classroom. This discovery depends on accompaniment of the professor, of the adoption of strategies that they make possible to discover, through the evaluation, the difficulty level that the child presents with regard to the reading and to the writing. This deepening if materialize through a field work, having a concern in placing the child ahead of its problem and following it knot meeting of the solutions, even for if to need them when it is intended to observe its level of understanding while pupil. Also the bibliographical research exists where if it searched to base in information presented for FONSECA, PUESCHEL, SASSAKI, SCHWARTZAN, ORLANDI and others, whose ideas had served of perfecting to uncurl it of the work.

**Word-key:** Deficit of learning - Children - basic Education - Reading and writing

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 2 – NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Definição de dislexia.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 Fatores que influenciam a dislexia .....</b>	<b>19</b>
2.2.1 A escola inclusiva e a dislexia .....	19
<b>CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO BÁSICA .....</b>	<b>21</b>
<b>3.1 Proposta educacional para a criança com déficit cognitivo.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 Adaptações necessárias para a criança com déficit de aprendizagem.....</b>	<b>24</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>27</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>28</b>
<b>FOTOS DO ALUNO .....</b>	<b>28</b>
<b>RELATÓRIO FEITO POR ESPECIALISTAS .....</b>	<b>31</b>

## INTRODUÇÃO

É bastante elevado o número de pessoas, no Brasil, que têm algum tipo de necessidade especial, necessidades estas que podem ser de diversos tipos: psicológicas, da audição, da visão, corporal, comportamento ou disfunções variadas. Neste meio, afirma-se que, boa parte das crianças incluídas na educação básica apresenta algum impedimento em seu processo de aquisição do conhecimento que estão ligados à linguagem: dislexia, disgrafia e disortografia, destas a dislexia é o que mais tem sido detectado nas instituições de ensino, portanto, necessita de normas públicas (políticas) em que a educação especial mereça destaque, por abranger um leque de oportunidades a pessoas com diferentes necessidades.

Dislexia é quando a criança apresenta certa dificuldade na leitura e compreensão de algo que ela mesma esteja lendo. E esta muitas vezes é considerada uma criança “normal”, que enxerga e ouve normalmente e que vem de lares comuns, sendo encontrados casos de disléxicos em lares de famílias abastadas e carentes.

Geralmente as famílias que tem um poder aquisitivo melhor, podem dar a sua criança um tratamento adequado, com todos os especialistas necessários, porém, as famílias carentes, que dependem das políticas públicas, terão que conviver com esta incapacidade da criança até a fase adulta. Por este motivo, portanto, a dislexia é vista como uma doença da classe média, pois o diagnóstico desta deficiência é feito com o tempo, e só então é que a criança recebe o tratamento físico e mental especializado.

Este trabalho monográfico, foi feito na observação de aspectos encontrados em um aluno, que tem 7 anos e encontra-se no 2º ano do Ciclo da Infância, do ensino regular da rede Municipal de Educação de Governador Valadares, sendo que este já foi avaliado por especialistas do CRAEDI, (Centro de Referência e Apoio à

Educação Inclusiva), sendo diagnosticado como uma criança portadora de déficit cognitivo, TDA e ainda apresenta um quadro de agressividade, laudo em anexo.

Através de ações realizadas com a criança em sala, por parte dos professores específicos na área de música, jogos, educação física e artes (pintura e desenho) e pela professora regente, percebe-se que sua deficiência pode ser associada à fala. Valendo-se desta verificação com relação à turma em que está incluído, esta criança encontra-se defasada diante da aquisição do conhecimento linguístico. Sabendo que participa de todas as aulas juntamente com toda a turma e recebe estímulos que se fazem necessários para lhe proporcionar uma melhora no processo ensino-aprendizagem.

O despreparo e a falta de conhecimento, acerca da dislexia e o resultado de todo um trabalho sem êxito, acabam por influenciar negativamente as crianças, piorando seu aprendizado na leitura.

A falta de leis adequadas para as diferentes especificidades existentes, tem deixado muitas vezes, educadores sem poder fazer o que de fato deveria ser feito, em auxílio às diferenças, buscando uma melhora no processo ensino-aprendizagem, dando a todos oportunidades igualitárias, por este motivo, a LDBEN (Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional) deveria ter em seu contexto, melhor definição das especificidades que tem gerado, em muitos casos, um desconforto e em alguns casos dificultado o acesso destas crianças a um atendimento especializado, digo, com psicopedagogos, fonoaudiólogos, entre outros.

A monografia foi desenvolvida separando-se o assunto em capítulos. No capítulo 1: Conceito de necessidades educativas especiais dentro dos seus diversos campos de ação. Aqui vai se aprofundar nas situações apresentadas pelo aluno com déficit cognitivo, o que é dislexia e os fatores que a influenciam.

O capítulo 2: A educação básica, faz-se um apanhado dos procedimentos adotados na educação para assegurar às crianças a sua devida aprendizagem, enfocando os processos que permitem obter a compreensão da leitura e da escrita para todos que se encontram na educação básica.

Adotou-se a pesquisa bibliográfica que possui, como objetivo, a pretensão de contribuir para que o professor crie atitudes de busca e investigação sobre a aprendizagem de seus alunos, com a finalidade de passar uma segurança maior para todos que se encontram na sala de aula.

Todas as crianças devem saber que há oportunidades de aprender umas com as outras, que a igualdade deve ser respeitada, as atitudes positivas são mutuamente desenvolvidas gerando estratégias pedagógicas diferenciadas. Isso é possível quando se analisa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e se encontra que nela está a definição dos caminhos a serem seguidos pela educação especial no Brasil desde a educação básica. Autores que tratam especificamente do assunto foram consultados para enriquecer o campo de ação do trabalho monográfico.

## CAPÍTULO 1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Segundo Carvalho (1997), quando se trata da inclusão, é interessante salientar que ela “implica em não segregação, o que requer dinamismo, mudanças de atitudes e muitas reflexões em torno de sua operacionalização na escola e na sociedade”. O autor acredita que a escola inclusiva pode ser aquela que se abre a todos, que reconhece as diferenças individuais, que atende às necessidades de cada um e que, além de tudo isso, está comprometida com a qualidade dos alunos.

A escola de ensino regular está no processo de atendimento a todas as crianças e, para isso, precisa capacitar-se para esse atendimento o que inclui dar condições de emancipação educativa a todos que se encontram no ambiente escolar.

Pelo que esclarece Sasaki (1997),

Muitos países já adotaram a abordagem inclusiva em suas escolas e o Brasil já começou a buscar o seu caminho, mesmo com pouca ajuda técnica e financeira. Porém com grande determinação por parte dos diretores, professores e pais, assim como secretários estaduais e municipais de educação (SASSAKI, 1997, p. 14).

A escola é um espaço que se vê como o de inclusão e, para que possa ser assim considerada, nada mais justo do que abandonar a condição de uma instituição burocrática, que serve só para cumprir as normas estabelecidas pelos níveis centrais. Por isso é que ela deve transformar-se num espaço de decisão, começando pelo ajustamento do que lhe é estabelecido dentro de um contexto real e passando a responder aos desafios que se apresentam.

Sendo uma unidade, diante disso a escola, nos dias atuais, tem de ser vista como um espaço que pode atender a todos e também ser de todos. É por isso que ela necessita de uma nova análise por parte de seus profissionais para que seja possível aprender e refletir criticamente os fatos, bem como pesquisá-los para se encontrar respostas capazes de atender às necessidades demonstradas pelas crianças, das mais simples às mais complexas como o déficit cognitivo.

Segundo Fonseca (1995, p. 209) “a integração dos alunos é como uma filosofia educacional que não se defende ideologicamente. Tudo isso porque se trata de um realismo e de uma justiça social a que o sistema de ensino não pode continuar alheio”.

A inclusão tem um princípio e este consiste no reconhecimento das necessidades de se encaminhar todos os alunos rumo à escola, celebrando a diferença, apoiando a aprendizagem, incentivando a integração até para que eles possam responder às necessidades individuais.

Com relação à integração já tratada acima, ela é um processo de participação das pessoas num contexto de relações, o que se entende como ponto determinante de um com os diversos grupos sociais e vice-versa. Como integração implica reciprocidade, sob o enfoque da escola, ela é um processo gradual e dinâmico capaz de adaptar formas diferentes de acordo com as necessidades e habilidades também dos alunos diferentes.

A integração mais do que simples aos deficientes, representa o respeito, o combate à separação e a consideração da existência das diferenças humanas. Inclusive, as pessoas com deficiência precisam ser consideradas, a partir de suas potencialidades de aprendizagem, como seres comuns, iguais, de fácil compreensão. Por isso, a escola não tem que consertar o “defeito” que se vê na criança mas, simplesmente, valorizar as suas habilidades, trabalhar a sua potencialidade visando o seu desenvolvimento.

Integrar é um movimento de inovação do sistema de ensino que, em princípio, já deveria estar acontecendo, abrangendo as diferenças existentes entre os que apresentam déficits e os que não os apresentam.

Pelo que esclarece Glat (1995), a dificuldade para que aconteça a integração de alunos com déficit cognitivo não se define. Entre os profissionais da educação básica que atuam com estes alunos está o seu despreparo, o número excessivo de alunos em salas de aula, as dificuldades de aprendizagem, a questão da avaliação, a descontinuidade dos programas de governo, os baixos salários e as salas de aula sem condições de trabalho, principalmente com as crianças que se encaixam nessas deficiências.

Quando se busca garantir a este indivíduo o direito à escolaridade numa escola comum, não se representa apenas um ato de amor, até porque a questão da integração vai muito além de um ato de amor. Pode-se considerar que ela

representa o exercício do respeito, um sentimento mais sublime que o amor pois permite até mesmo seu desenvolvimento e sua sustentação.

Respeitar a integração da criança com déficit cognitivo com o cidadão comum leva a entender o que Fonseca (1995) esclarece,

em qualquer situação, por qualquer pessoa, a integração reclama o direito de todas as crianças serem aceitas pela escola pública, não obstante o aspecto atípico ou desviante que apresentam em termos de aparência, da capacidade ou do comportamento (FONSECA, 1995, p.209).

Assim, faz-se necessária uma tomada de decisão frente à questão da integração, tomada esta que precisa ser colocada em prática para que a ideia inicial, enquanto prática presente evolua do nível de discurso e se efetive como realidade de fato, sem encobrir-se na prática excludente.

A educação inclusiva tem recebido conceitos de diversos autores, principalmente quando se sabe que ela beneficia a todos, sadios de sentimentos ao respeito às diferenças, cooperação e solidariedade que podem se desenvolver numa sala de ensino comum.

Pelo que Sasaki (1997) conceitua, inclusão é

o processo pelo qual a sociedade adapta para poder incluir seus sistemas gerais, pessoas com necessidades especiais e simultaneamente estas se preparam para assumir papéis na sociedade. A inclusão social constitui então, um processo bilateral no qual as pessoas ainda exclusivas e a sociedade buscam em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre as soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p. 3).

A viabilidade dessa implementação depende de um amplo processo de sensibilização e conscientização sobre o que se aceita das pessoas com déficits cognitivos e da compreensão de seu direito à cidadania plena, quando é dada a elas a oportunidade de se integrar na escola com as demais crianças da sala.

A escola tem sido caracterizada pelo espaço social que privilegia a aprendizagem como uma instituição conjunta, incondicional dentro das classes comuns de alunos com déficits ou não, mas que apresentam a necessidade de

acompanhamento por favorecer o desenvolvimento de sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de sociabilidade.

Como os processos sociais de integração e de acompanhamento são importantes e interdependentes, a integração social passa a romper as barreiras da resistência contra a adoção de medidas capazes de evitar que as crianças sejam afetadas por qualquer postura que possa interferir no seu processo de aprendizagem, principalmente na alfabetização.

Algumas pessoas com déficits cognitivos se integram na sociedade exatamente como se encontram, enquanto há outras que não poderão desfrutar da mesma igualdade quando a sociedade não possibilita essa inserção, principalmente a sociedade escolar que impede a adoção do processo social na escola comum, isto é, crianças comuns convivem com seus iguais e, crianças com déficits de qualquer espécie, convivem em escolas especiais para o seu atendimento.

Ocorre que a Lei 9394/96 permite a integração de todos os alunos num mesmo ambiente de estudo e, os educadores, por sua vez, devem desenvolver as atividades de forma coletiva, colocando todos os educandos no mesmo pé de igualdade com relação ao que se ensina e se aprende.

Esse procedimento possibilita fazer um levantamento dos conceitos das necessidades educativas especiais, o que se observa no próximo capítulo dentro da visão de autores que tratam especificamente deles.

## **CAPÍTULO 2**

### **NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**

Para se conceituar “NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS”, é necessário se fazer uma leitura aprofundada sobre o assunto.

A Declaração de Salamanca, em 1994, traz um novo conceito de Necessidades Educativas Especiais: “as deficiências, as dificuldades de aprendizagem e a sobredotação, esse conceito ainda abrange as crianças que trabalham, as crianças de rua, as que pertencem a populações nômadas, as que pertencem a minorias étnicas ou culturais, a grupos desfavorecidos ou marginais.”

BAUTISTA apresenta como conceito de Necessidades Educativas Especiais:

(...) o indivíduo que tem uma maior ou menor dificuldade em seguir o processo regular de aprendizagem e que por isso tem necessidades educativas especiais, ou seja, necessita de apoios e adaptações curriculares que lhe permitam seguir o processo regular de ensino (BAUTISTA, 1997, p.211).

Essas situações têm sido encontradas nas salas de aula de ensino regular, o que muitas vezes deixa os profissionais da educação meio constrangidos diante das mudanças que fogem do alcance do seu trabalho, não deixando de se perceber que o aluno tem dificuldades, aparentemente, não visíveis.

É preciso estabelecer um ponto de partida para desenvolver o trabalho com o aluno. A primeira iniciativa foi a da utilização do gênero textual conhecido como conto para o ensino, deve-se associá-lo às características do aluno desde que estas estejam relacionadas à sua aprendizagem da leitura uma proposta de atividade linguística, capaz de utilizar o gênero literário conto, cuja pretensão é a de contemplar a aprendizagem da leitura do aluno em questão, vem vivenciando uma prática pedagógica baseada na decodificação. A aprendizagem permite verificar a relevância de proporcionar atividades para visualização da leitura, a fim de que ela

possa ser significativa e capaz de permitir a visão da sua importância na aprendizagem inserida na realidade do aluno.

Nessas atividades, muitos objetos funcionam na educação e o professor faz uso deles porque precisa acessar as informações neles contidas. Para realizar estas ações é preciso realizar o ato da leitura fazendo com que o aluno sinta a necessidade de desenvolver esta aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem podem estar relacionadas à linguagem. Essas dificuldades podem levar ao fracasso ou mesmo a evasão escolar. Uma vez que o aluno, por problemas de linguagem, não consegue aprender, sente vergonha dos colegas e começa a demonstrar desinteresse, mudando seu comportamento na sala de aula ou até mesmo evadindo da escola.

Para detectar essas dificuldades adota-se uma prática pedagógica que requer boa elaboração, levando-se em consideração a aprendizagem do aluno, desde que se discuta a linguagem oral e o cotidiano desse aluno. A utilização do conto propicia demonstrar como se pode contribuir para a aprendizagem significativa da leitura por um aluno com déficit cognitivo.

O déficit cognitivo conhecido por dislexia, na criança em idade escolar não oferece ainda uma cura.

A atividade linguística para o ensino da leitura, pode ser utilizada com base no gênero literário que traz o conto como suporte. Mesmo sendo muito difundido na sociedade, ocorre de ser pouco utilizado, podendo ser explorado nele a linguagem oral do aluno e assim perceber o uso que este faz das palavras no seu cotidiano.

O aluno começa o processo de produção, muitas vezes sem se preocupar com o sentido do que escreve. Ainda não tem formada a noção de que quem vai ler o que ele escreve pode alterar o sentido da sua escrita. Nesse aspecto, o professor precisa apresentar textos que possam estar em consonância com a preparação do aluno com o qual ele trabalha.

A criança convive com realidades que lhe permitem encontrar outros campos na sua aprendizagem. É o caso de coletar gravuras, de associá-las ao texto que ele cria, contemplar as características destas gravuras e entender como elas favorecem mais facilmente o seu contato prazeroso com o que escreve.

O déficit influi na aprendizagem e muitos atribuem a dificuldade em aprender ao que a mente pode deixar de desenvolver. Do momento que for entendido que o aluno produz pelo que sua mente organiza, passa-se a entender todo o

desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem do indivíduo. É assim que se convive com a dislexia.

## **2.1 Definição de dislexia**

Dislexia é um distúrbio específico de aprendizagem, que se caracteriza pela dificuldade em automatizar o código linguístico. Não sendo uma doença, é conhecida e estudada há mais de 100 anos, mas apenas nas últimas décadas tem sido difundida no Brasil.

A ABD – Associação Brasileira de Dislexia considera uma pessoa portadora de dislexia quando, apesar da instrução convencional, da inteligência adequada, da oportunidade sociocultural e da ausência de déficits cognitivos e sensoriais fundamentais, apresenta falhas no processo de linguagem, incluindo problemas com a leitura e a escrita.

Para diagnosticar a dislexia não é tarefa difícil. Inclusive, dentro da dislexia é possível determinar diferentes tipos e níveis, onde os mais comuns são:

- Desempenho inconstante;
- Atraso no processo de aprendizagem da leitura e da escrita;
- Ser lento em atividades de escrita e leitura, mas na oralidade é normal;
- Deficiência em soletrar, difícil percepção dos sons;
- Nível de desenvolvimento da escrita comprometido por troca, aglutinação, erros ortográficos;
- Problema na associação fonética (som e símbolo);
- Problema com palavras que tem sons semelhantes (rimas e aliteração);
- Dificuldade em associações, como associar os rótulos aos seus produtos;
- Dificuldade em sequenciar: nomes em ordem alfabética, dias da semana, números em ordem crescente e decrescente;
- Embaraço em dar nomes a objetos, atividades, jogos, brincadeiras;
- Dificuldade na localização espaço – temporal;
- Incapacidade na memorização de recados, tarefas que lhe exija raciocínio;
- Dificuldade para organizar tarefas;
- Deficiência na escrita ditada por alguém ou em fazer anotações dirigidas;
- Mesmo com auxílio dos educadores e outros profissionais persiste no erro.

## 2.2 Fatores que influenciam a dislexia

Existem padrões que permitem entender a dislexia e estes estão nos movimentos oculares por serem fundamentais para a leitura eficiente. Estes movimentos oculares permitem garantir que o leitor extrai informações visuais do texto, muitas vezes necessitando de tempo mais prolongado para fixar algumas palavras do que ocorre com outras.

Esse procedimento ocorre porque os fatores influenciam, determinam ou afetam a facilidade ou dificuldade do reconhecimento de palavras. Isso implica em saber a familiaridade, a frequência, a idade da aquisição, a repetição, o significado e contexto, a regularidade de correspondência entre ortografia-som ou grafema-fonema e as Interações (ELLIS, 1995, p.19-28).

### 2.2.1 A escola inclusiva e a dislexia

Nas instituições de ensino regular, cada vez mais são encontrados relatos de educadores que detectam alunos excelentes que não conseguem se sobressair na escrita e na leitura da língua materna e/ou estrangeira, mesmo estando na idade adequada para aquisição deste conhecimento.

Deste modo, seja no ensino público ou privado, fica sendo critério de avaliação a leitura por parte do aluno como requisito no diagnóstico das dificuldades de aprendizagem de cada indivíduo.

A Constituição Federal trata da educação especial assegurando em seu artigo 208:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Ficando definido como dever do Estado fornecer educação de qualidade a todas as pessoas portadores de qualquer deficiência. Mas se tratando da dislexia, ela não é definida como deficiência, por este motivo, muitas vezes o indivíduo portador desta necessidade fica sem a devida orientação de seus direitos. Sendo

assim, o atendimento especializado fica restrito a algumas especificidades, deixando de abranger todos os portadores de dislexia.

Ser dislético, não quer dizer ficar a margem ou excluído, muito pelo contrário, assim como muitos portadores de necessidades auditivas, físicas ou intelectuais diversas conseguem um lugar na sociedade profissional, mostrando que são tão capazes quanto qualquer pessoa, hoje, existem muitos profissionais, que conseguem revelar sua dislexia sem sofrer preconceitos, muito pelo contrário, são admirados por conseguirem superar barreiras e mudar sua realidade através do trabalho e são reconhecidos por isto.

Por isso passa-se a entender que a dislexia requer diagnóstico, avaliação e tratamento, pois é deveras importante conhecer seu tipo e natureza.

Estado e Sociedade passam a exercer o dever de dar a todas as famílias com crianças disléticas em idade escolar, o direito de ocuparem um espaço nas escolas que frequentam para obter sua aprendizagem de leitura, escrita e cultura.

Com a escola inclusiva, muitas crianças passaram a ser atendidas no ensino regular, deste modo houve uma mistura muito grande e os educadores não se encontram preparados para diagnosticar deficiências ou até mesmo a dislexia. Para que este diagnóstico aconteça é necessário um especialista, pois através deste é que surgirão propostas de mudança de atitude por parte do educador no tratamento dispensado ao trabalho na escola e na sala de aula.

Em muitos casos, a criança fica retida por mais de um ano na série/ciclo, por causa da dislexia, pois esta não foi capaz de concluir o objetivo principal da série que é alfabetizar. Isto muitas vezes causa um bloqueio tão grande no indivíduo, que se este não for bem acompanhado por seus familiares, não irá aprender nada repetindo a série e acabará por evadir da escola. Para que o ensino seja de qualitativo e não quantitativo, é necessário que a família e a escola estejam em sintonia para a progressão da criança para a série/ciclo seguinte.

### **CAPÍTULO 3 A EDUCAÇÃO BÁSICA**

Analizando os fins da educação nacional, expressos no art. 1º da Lei nº 4024/61, eles

refletem os ideais de liberdade, solidariedade e valorização do homem, que devem orientar toda a educação no país. Mantendo estes princípios, a Lei nº 5692/71, no seu art. 1º, estabelece o objetivo geral do ensino. (LEI 4024/61, art. 1º)

Sendo os objetivos da educação básica adaptados ao educando de forma a prepará-lo para o exercício da cidadania onde desenvolve suas potencialidades e o elemento de autorrealização, pensa-se que o trabalho com a criança deve ser de forma agradável e prazerosa, através de jogos espontâneos e material adequado. Assim, a criança interagindo com o outro, vai desenvolver atividades físicas, emocionais e cognitivas que melhoram a elaboração do pensamento, além da consciência e respeito pelo outro, onde estará colocando em prática seus deveres e reconhecendo-se enquanto cidadão, também passa a usufruir de seus direitos.

Schwartzman (1999, p.241) assegura que é fundamental que seja mantida a fluidez e flexibilidade neuropsicológica evitando-se assim, nesta fase, a rigidez precoce que por sua vez reduz a utilização de estratégias no âmbito da aprendizagem.

Não se quer dizer com isso que o professor seja psicólogo ou algum especialista em distúrbios presentes no desenvolvimento de seu aluno, mas, estando com a criança durante certa fase de entendimento, tem como ensinar e também saber se a criança aprende ou se mostra dificuldade porque tem ou não algum distúrbio físico e/ou mental.

As escolas, comuns ou especiais, não devem medir esforços para que a capacidade do aluno e suas potencialidades sejam desenvolvidas.

É importante o professor criar nas salas de aula, condições para um melhor convívio em grupo e, para isto, deverá trabalhar as dinâmicas de grupos cooperativos, ou seja, posturas de ações apresentadas por pessoas que não têm os mesmos déficits mas, querem auxiliar os que têm, passando a representar todo o

processo que precisa ser divulgado e expandido na educação tendo, como objetivo, promover as necessidades básicas para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças e, para que isso ocorra, é muito importante que a escola conheça as habilidades e dificuldades de cada criança.

Schwartzman (1999) afirma que é preciso identificar na criança todos os seus rendimentos e a maneira que tem de enfrentar situação nova. A partir dos resultados obtidos, são planejadas as adaptações direcionadas ao apoio pedagógico, favorecendo a nova aprendizagem. O trabalho pedagógico com estas crianças é um processo complexo e resulta em uma dinâmica evolutiva, baseada nas capacidades do indivíduo.

Às crianças com déficit cognitivo, deve-se adequar um método de alfabetização, haja vista não haver um método específico. Sendo assim, torna-se fundamental respeitar o tempo de aprendizado, suas habilidades e dificuldades no decorrer da construção do saber.

Torna-se necessário ressaltar que estes discentes devem ter atenção especial não só na alfabetização, mas em todas as fases e áreas, desenvolvendo-se assim sua autoconfiança, equilíbrio emocional, capacidade de criação e expressão e que tenham condições de inserir-se na sociedade. Este atendimento deve ser pautado nas características de cada aluno.

O autor acima afirma que, quando a criança for capaz de descrever objetos e ações, percebendo diferenças e semelhanças entre os sons iniciais e finais de palavras, diferenciar símbolos gráficos, articular fonemas corretamente, participar de atividades lúdicas, organizar ideias em sequência lógica, demonstrar controle muscular entre outros, ela já está preparada para ser alfabetizada.

São notórias as dificuldades apresentadas pelas crianças com déficit cognitivo no desenvolvimento da leitura e da escrita, que segundo o autor, são sanadas com atividades de experimentação, interação e vivência.

Ainda segundo Schwartzman (1999), alguns princípios devem nortear a aprendizagem da leitura e escrita:

- Propiciar a execução de atividades direcionadas a leitura e escrita;
- Adaptar de acordo com o nível da criança o contexto linguístico;
- Tornar fácil o manuseio de materiais para ler e escrever.

### **3.1 Proposta educacional para a criança com déficit cognitivo**

O planejamento que irá nortear o trabalho a ser realizado convenientemente de acordo com o nível de cada turma deve ser elaborado pelo docente, com auxílio do pedagogo e do gestor educacional, pois é a equipe que fará acontecer verdadeiramente o que fica definido no Plano de Curso e no PPP ( Projeto Político Pedagógico) da instituição. Sempre se levando em consideração a realidade dos alunos, as capacidades destes e os instrumentos disponíveis para que o aprendizado seja baseado de forma concreta.

As unidades, ao serem propostas, devem estar dentro de uma sequência evolutiva, com os objetivos integrados a cada proposta de ensino e as atividades sugeridas deverão ficar dispostas em sequência cronológica, atendendo às necessidades de cada aluno na turma.

Quanto às atividades desenvolvidas em sala de aula deve-se levar em evidência a consecução de vários objetivos dos domínios afetivos, cognitivos e psicomotor. A matriz curricular não traz os resultados pertinentes de cada atividade, nem as atividades propriamente ditas, é o educador que deverá nortear seu trabalho de forma a garantir ao aluno todas as possibilidades em que este adquira o aprendizado esperado, ou parcialmente.

Para a consecução do objetivo proposto sugere-se que seja desenvolvido um número ilimitado de atividades e estas devem sugerir ao professor várias outras possibilidades de realizar o trabalho inserindo nele a integração de toda a turma. Entretanto, em última análise, a sensibilidade e a experiência do educador é que vão orientá-lo na determinação da estratégia a ser adotada, mesmo que na turma com a qual trabalha estejam presentes alunos normais e com déficit cognitivo.

Portanto, é o docente que conduz da melhor forma possível as aulas de forma adaptadas à realidade da sala de aula, proporcionando experiências significativas dando oportunidade de ser vivenciados os objetivos da proposta educacional. A princípio parece difícil mas, a partir do momento em que o professor consegue fazer com que seu aluno perceba que ele é capaz de realizar o seu próprio aprendizado como os demais, nada impede deste aluno obter outras conquistas.

Na elaboração do Plano de Curso de do PPP, deve-se observar as diretrizes pertinentes à criança com déficit cognitivo, de modo que esta seja aceita pelos seus pares e o mercado de trabalho o observe como um todo e não em sua particularidade.

A escola precisa dar essa oportunidade aos seus alunos desde o momento em que o professor possibilita a eles o reconhecimento de sua cidadania tendo ou não alguma dificuldade pois esse aluno poderá colocar em prática seus deveres e querer seus direitos.

Sendo assim, todo o trabalho realizado na escola precisa estar voltado para os alunos como um todo, oportunizando sua inserção no mercado de trabalho, o que merece maior atenção dos órgãos governamentais.

### **3.2 Adaptações necessárias para a criança com déficit de aprendizagem**

A necessidade de encontrar melhores adaptações nos currículos escolares fez com que Pueschel (1993) afirmasse que a educação de crianças com déficit de aprendizagem vem evoluindo, ajudando-as a se tornarem cidadãs, realmente capazes de se integrarem a uma sociedade, onde consigam crescer e desenvolver suas potencialidades.

Ainda na visão da autora encontra-se a afirmativa de que a família é o primeiro grupo social do qual a criança faz parte. Por isso, atribui-se à família a tarefa fundamental de serem os pais os primeiros ensinantes de seus filhos.

Há muito a ser aprendido e o aprendizado destas crianças, neste caso, deve começar a partir do nascimento, no convívio com a família, continuar na infância e na adolescência, quando se inicia e dá continuidade ao convívio na escola, dando-se espaço à sujeição de adaptações curriculares e metodologias próprias.

Quando a criança tem atraso no seu desenvolvimento precisa enfrentar os obstáculos que surgem no seu dia-a-dia para diminuir seus déficits. É por isso que um dos principais objetivos da educação das crianças na educação básica seja o de propiciar o desenvolvimento de programas criativos e ações que resultem em melhor

qualidade de vida delas. Esse desenvolvimento pode acontecer através de músicas, jogos e brincadeiras, o que vai tornar essas atividades mais prazerosas, possibilitando maiores conquistas num espaço menor de tempo. E estes programas podem ser desenvolvidos tanto na escola quanto na família também, desde que sejam bem orientados.

A escola fica com essa missão de gerar o entrosamento de seus alunos, observando assim as suas facilidades e dificuldades bem como o conhecimento que eles já trazem do meio familiar. Sendo assim, cabe ao professor desenvolver atividades que nem sempre são vistas dentro do ensino em escolas da rede regular de educação, pois específicas das escolas com tratamento à educação básica.

Sabe-se que a educação escolar adota métodos para desenvolver o trabalho com as crianças e, para o método pedagógico poder se adequar às diferenças particulares do ensino, está sendo promovido no ambiente educacional, a condição de associar toda e qualquer diferença do aluno, no ensino regular. Para que isso ocorra é necessário ter metodologias, procedimentos pedagógicos, materiais e equipamentos adequados.

Necessita-se de professor comprometido com o aluno que apresenta déficits de aprendizagem e, com isso, recursos mais sofisticados para desenvolver o seu trabalho passando a ser essencial também a revisão médica ou psicológica da criança, o reconhecimento do valor que as reações afetivo-familiares possuem e podem influir na ação dos alunos, havendo, portanto, atenção especial para acompanhar o desempenho completo da turma.

Cabe ao educador levar em conta que o educando é um ser capaz que tem anseios, sentimentos e necessidades, que deve ser respeitado e compreendido como uma pessoa que aprende, que erra, que tem limitações assim como todo ser humano e que acima de tudo compreende o meio em que está inserido e se este meio lhe for favorável, ele conseguirá sobressair em suas especificidades, mas se não for favorável, poderá ter restrições pelo resto de sua vida.

Na educação existe também uma política de respeito às diferenças individuais e ela pode acontecer com a segurança do ingresso na educação e a permanência da criança no ambiente escolar, de preferência na rede regular de ensino, principalmente quando entra em evidência a sua socialização pois, o importante é a criança conseguir aprender junto com a turma.

## CONCLUSÃO

Todas as dificuldades de aprendizagem encontradas em uma das salas de aula na escola, não são descobertas como iniciativa apenas dos educadores especializados. Há toda uma integração dos especialistas, diretores, pais e até o próprio aluno quando as mudanças de atitudes relativas a essas diferenças devem existir, impedindo ações voltadas para a rejeição dos alunos com déficit cognitivo.

Ao se realizar o estudo enfocando o assunto, buscou-se entender como a criança é compreendida pelo professor dentro da sala de aula, especialmente quando essa criança permite descobrir que há deficiência na aprendizagem da leitura e da escrita.

As experiências adquiridas na escola são bastante valiosas para a aquisição da leitura e da escrita mas ocorre que esse procedimento nem sempre se dá de forma imediata para todas as crianças. Isso permite afirmar que a inclusão da criança com déficit cognitivo com outras crianças faz com que elas progridam mais depressa e favorece também a aceitação desse déficit porque ele passa a ser interligado a uma sociedade mais humana e mais justa.

É importante trabalhar a comunicação dessas crianças com déficits cognitivos pois eles existem e são conhecidos por dislexia e, dessa forma, busca-se observar a linguagem, frente ao seu papel fundamental para o desenvolvimento da leitura e da escrita em cada criança, esclarecendo que havendo clareza nessa forma de comunicar, provavelmente facilitará o entendimento com os colegas.

É uma espécie de educação inclusiva, capaz de permitir o seu entendimento que se dá através de atos de transformação que visam mudança de conduta para um novo pensar; novo fazer; novo relacionar. É, sobretudo, a nova forma de ensinar e porque não dizer, de aprender, encontrada na educação comum.

Entende-se assim que, para acontecer essas mudanças, todos os envolvidos têm que colaborar: escola, sociedade, comunidade, família. Só com a conscientização de todos, a educação da criança com déficit cognitivo poderá ocorrer de fato, de forma satisfatória.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUTISTA, R. (Org.) (1997). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Dinalivro.

CARVALHO, R. E. **Integração: Inclusão e Modalidade da Educação Especial e do Deporto/**. Secretaria de Educação Especial, 1997.

\_\_\_\_\_. Constituição, de 5 out. 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional n.48 de 10 ago. 2005. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005. 57p.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

ELLIS, Andrew W. **Leitura, escrita e dislexia: uma análise cognitiva**. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FONSECA, Vitor. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, Rosana. **A Integração Social dos Portadores de Deficiente: Uma Reflexão**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995.

KATO, M. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística** São Paulo: Ática, 1987.

LEI nº 4024/61. Prioriza os mais altos valores humanos, àqueles que permanentemente elevam o homem sobre tudo, de 20 de dezembro de 1961.

LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

PUESCHEL, S. **Síndrome de Down, guia para pais e educadores**. São Paulo: Papyrus, 1993.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

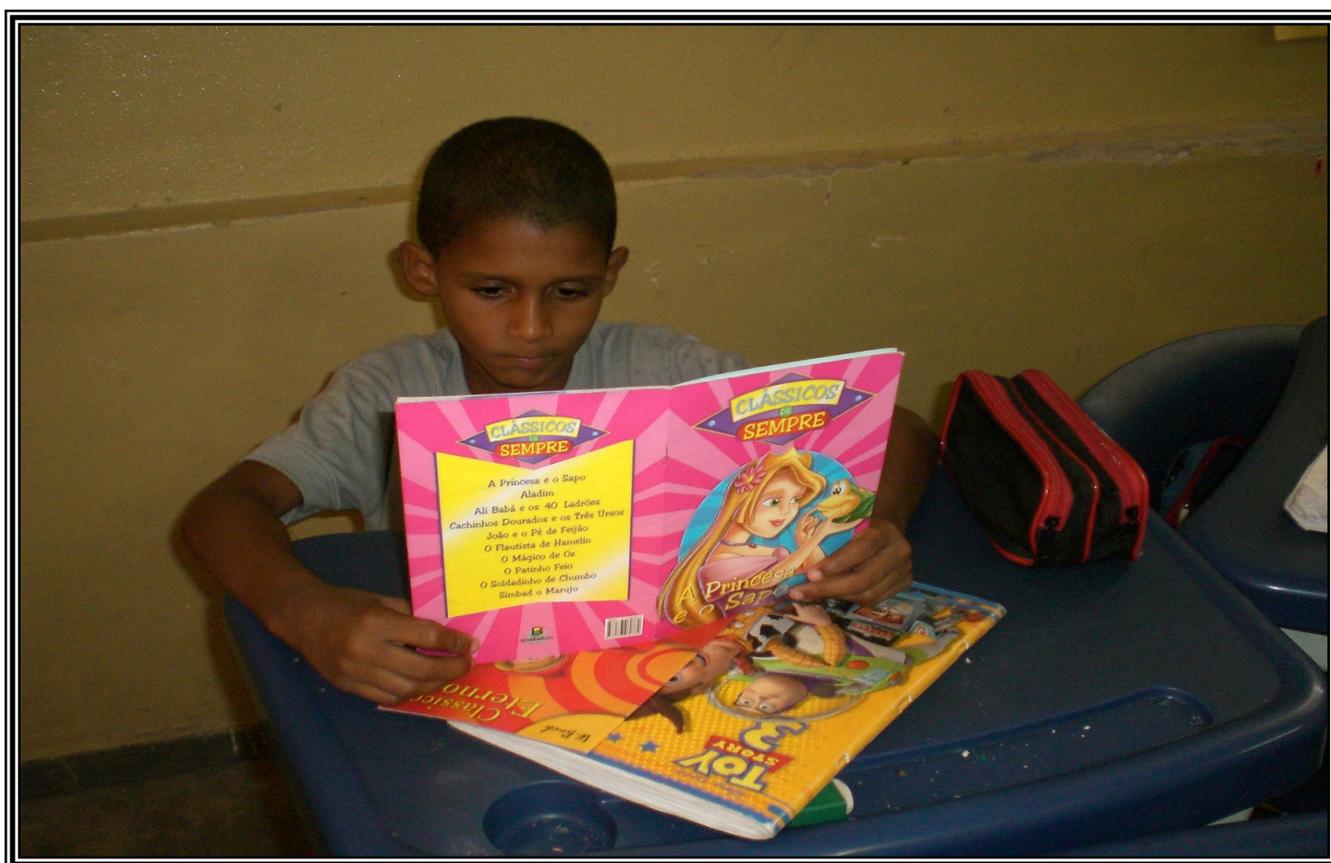
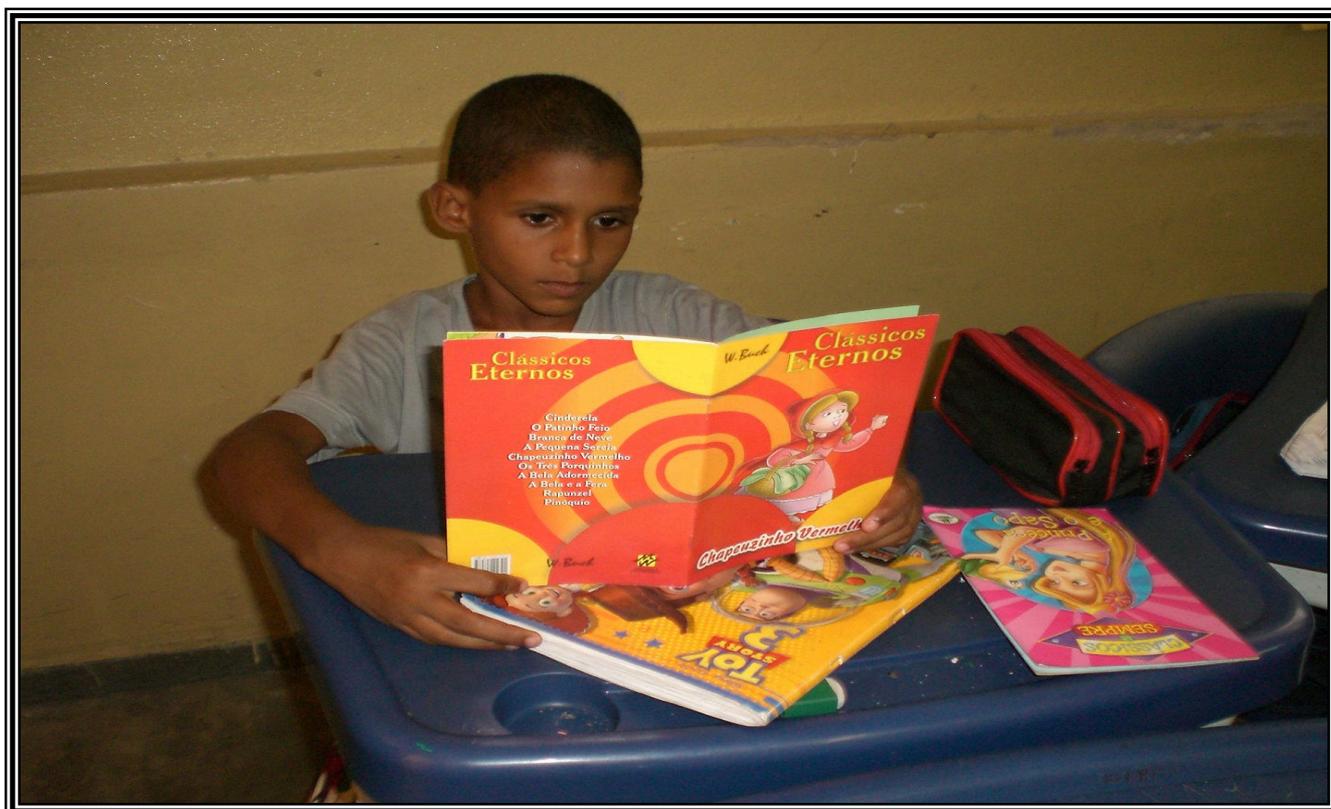
**ANEXOS**

**FOTOS ATIVIDADES EM SALA:**

**BRINCANDO DE FALAR AS CORES DOS DESENHOS**



## LEITURA DE CONTOS



**SEQUENCIANDO POR CORES E CONTAGEM**

## RELATÓRIO FEITO POR ESPECIALISTAS



Prefeitura Municipal de Governador Valadares

Secretaria Municipal de Educação

CRAEDI - Centro de Referência e Apoio à Educação Inclusiva

Rua Tiradentes, nº 361 - Centro - Governador Valadares - MG.

### Relatório Avaliativo

Relato para os devidos fins que **Mateus Silvano de Oliveira** foi avaliado apresentando quadro com déficit cognitivo e transtorno de conduta compatível com o **Transtorno de déficit de atenção TDA- e, ainda, condutas impulsivas de agressividade interpessoal**. Foi observado, organicamente, uma "proeminência na cabeça, na região da molcira", merecendo uma verificação médica. No ambiente escolar, segundo relato docente e da família, **há situações de agressões ao meio**, dificuldade em realizar tarefas solicitadas, o que tem interferido no aproveitamento e desenvolvimento da sua aprendizagem para aquém dos seus pares.

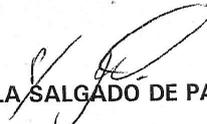
Há ainda uma desordem na organização espacial e na lateralidade, com dificuldades na associação e sequenciação. Se mostrou desatento, distraído e disperso durante a avaliação.

A responsável foi esclarecida sobre as condições do filho e **orientada a uma revisão médica com consulta e/ou neurológica para conclusão diagnóstica**.

Governador Valadares, 08 de setembro de 2010

  
Adélce Jaqueline Bicalho

Psicopedagoga

  
LEILA SALGADO DE PAULA

Coordenadora do CRAEDI